

Educação sexual nas escolas: direitos e deveres, percepções e vivências

Sexual Education in Schools: Rights and Duties, Perceptions and Experiences

Flávia Mariana da Silva de Souza *

Laura Cristina Santos**

Warley Coutinho Simão ***

RESUMO

Neste artigo se analisam princípios teóricos sobre a sexualidade, assim como as percepções de estudantes sobre a educação sexual nas escolas. O estudo fundamenta-se em referenciais teóricos que tratam da sexualidade como dimensão constitutiva do sujeito, na esteira de Sigmund Freud, Guacira Lopes Louro, Sérgio Carrara e Helena Altmann. Por meio de abordagem qualitativa, utilizou-se questionário *online* aplicado a estudantes de instituição pública, a fim de compreender suas experiências escolares acerca da temática da sexualidade, direitos e deveres. Os dados apontam lacunas na formação escolar quanto ao debate sobre diversidade sexual e de gênero, revelando a urgência de práticas pedagógicas inclusivas.

Palavras-chave: princípios sobre a sexualidade; percepções pedagógicas; subjetividade; experiências escolares; diversidade sexual.

ABSTRACT

This article analyzes theoretical principles about sexuality, as well as students' perceptions about sexual education in schools. The study is based on theoretical references that deal with sexuality as a constitutive dimension of the subject, in the wake of Sigmund Freud, Guacira Lopes Louro, Sérgio Carrara and Helena Altmann. Using a qualitative approach, an online questionnaire was applied to students from a public institution, in order to understand their school experiences on the topic of sexuality, rights and duties. The data point to gaps in school training regarding the debate on sexual and gender diversity, revealing the urgency of inclusive pedagogical practices.

Keywords: principles about sexuality; pedagogical perceptions; subjectivity; school experiences; sexual diversity.

1 INTRODUÇÃO

Artigo submetido em 13 de abril de 2025 e aprovado em 1 de julho de 2025.

* Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. FaE. UEMG. Orientadora Educacional. E-mail: flaviamarianassouza@gmail.com

** Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. FaE. UEMG. E-mail: laura.27.cristina@gmail.com

*** Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. FaE. UEMG. E-mail: warleycout@hotmail.com

A educação sexual é um tema fundamental nos dias atuais, considerando a importância de divulgar informações adequadas, orientação e diálogo sobre questões relacionadas à sexualidade humana. Ademais, direitos e deveres postulam-se em torno ao tema. Especificamente no contexto escolar, a abordagem desse assunto torna-se ainda mais relevante, uma vez que a escola desempenha um papel essencial na formação dos jovens e na preparação para a vida adulta. Este artigo tem como objetivo analisar as percepções de estudantes dos cursos da Faculdade de Educação - UEMG - Campus Belo Horizonte sobre a educação sexual nas escolas, considerando as vivências individuais e coletivas, as necessidades e melhores formas de abordar o tema na sociedade brasileira.

Como pauta epistemológica, não se trata de um artigo meramente teórico, mas sustentado em pesquisas e vivências. A escolha deste tema surgiu das experiências pessoais dos integrantes do grupo de pesquisa, marcadas por vivências na educação básica atravessadas por silenciamentos, discriminações e ausências de um diálogo aberto sobre sexualidade. Nós enfrentamos situações de estigmatização, preconceitos e homofobia, tanto por parte de colegas, quanto de educadores, além de havermos sentido o peso de tabus impostos por valores religiosos, especialmente ligados à moral cristã, que permeavam o ambiente escolar e familiar. Tais experiências, somadas às observações críticas construídas ao longo da formação acadêmica na Faculdade de Educação da UEMG/BH, evidenciaram a urgência de discutir, refletir e propor melhorias na abordagem da educação sexual nas escolas. Para fundamentar nossas análises, recorremos a referenciais teóricos relevantes no campo da sexualidade e educação, como Sigmund Freud, Guacira Lopes Louro, Sérgio Carrara, Helena Altmann, entre outros, que nos ajudaram a compreender os discursos normativos que operam nas instituições escolares e suas consequências sobre os sujeitos.

Neste sentido, no presente artigo, discute-se a ausência da educação sexual nas escolas e suas consequências, como o preconceito, a intolerância e a discriminação. A pesquisa aponta que a falta de informações adequadas sobre sexualidade, identidade de gênero e diversidade sexual pode contribuir para a perpetuação de estigmas e atitudes negativas no ambiente escolar. Observa-se que, diante desse cenário, é papel dos educadores promover o diálogo aberto e responsável, incluindo o tema da educação sexual nas práticas pedagógicas de forma crítica, respeitosa e emancipadora, a fim de construir uma escola mais inclusiva e acolhedora para todos os sujeitos, em que direitos e deveres integram vivências e amplitude do ideal de cidadania.

É importante ressaltar que a educação sexual nas escolas é um tema controverso na sociedade brasileira, permeado por tabus, preconceitos e desinformação. Compreender as percepções dos estudantes e suas vivências é fundamental para traçar estratégias efetivas e adequadas de abordagem desse tema tão relevante. Por meio da análise das vivências das pessoas contextualizadas na pesquisa e da consulta aos teóricos mencionados (Freud, Louro, Altman, Carrara, entre outros), pretendemos propor reflexões e sugestões de como abordar esse tema de maneira adequada e inclusiva, considerando as particularidades da sociedade brasileira. Acreditamos que uma educação sexual de qualidade seja essencial para promover a formação integral dos jovens, capacitando-os à tomada de decisões conscientes, saudáveis e responsáveis em relação à sua própria sexualidade.

2 A COMPLEXIDADE TEMÁTICA TRABALHADA PELA PSICANÁLISE FREUDIANA

A análise da sexualidade segundo a psicanálise proposta por Sigmund Freud, ampliou profundamente o conceito de sexualidade, situando-a para além do simples ato sexual ou função reprodutiva. Freud desenvolveu a ideia de psicosssexualidade, argumentando que a sexualidade se manifesta desde a infância, não apenas na fase adulta e se estrutura em diversas fases: oral,

anal, fállica e genital, cada uma com zonas erógenas específicas que influenciam o desenvolvimento psíquico e a construção da identidade sexual.

Segundo comentadores,

Para situar a sexualidade além do aspecto reprodutivo, Freud verifica que desde a infância ela já se encontra presente e atuante na vida do ser humano, podendo inclusive ser detectada a presença dos impulsos sexuais nos recém-nascidos (Silva; Brígido, 2016, p. 126).

Tal entendimento nos permite compreender a complexidade da sexualidade, desde bebês, ainda não conscientes de seus impulsos e desejos, até a vida adulta e o processo de envelhecimento. A sexualidade, de acordo com a psicanálise, é base constitutiva da subjetividade e da formação e desenvolvimento do psiquismo humano.

Considerando o prefácio à tradução brasileira da 4a. edição dos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, importante mencionar como, segundo o próprio Sigmund Freud,

A ênfase na importância da vida sexual em todas as realizações humanas e a tentativa de ampliação do conceito de sexualidade — sempre constituíram os mais fortes motivos para a resistência à psicanálise”. (Freud, 2014, p. 18).

Contudo, continua Freud,

Os fatores afetivos tornam os indivíduos confusos e esquecidos. Pois há algum tempo o filósofo Arthur Schopenhauer fez ver aos homens o quanto seus atos e esforços são determinados por impulsos sexuais, no sentido habitual do termo, e é impossível que tantos leitores pudessem apagar inteiramente do espírito uma admoestação tão forte. (Freud, 2014, p. 18).

Freud compreende que as experiências de prazer e pulsão sexual na infância se ligam às zonas erógenas e voltadas para a formação da personalidade e das relações com a realidade adulta. Esse entendimento abriu as portas para a complexidade da vida humana, desde a infância, desenvolveu também formas polêmicas de argumentos médicos e psicológicos, especialmente ao desafiar conceitos moralistas e naturalistas que consideravam a sexualidade como um aspecto exclusivamente fisiológico e reprodutivo. Freud colocou o desejo, as pulsões e as fantasias como elementos centrais na organização psíquica e social do ser humano, com as pulsões sexuais recorrentes como forças psicológicas que precisam de liberação para evitar pressões internas (que se mal elaboradas psiquicamente podem desencadear perversões, recalques e patologias), independentemente do objeto de desejo.

Para Freud, o processo sexual humano, embora biologicamente fundamentado, é intensamente psíquico e sujeito a transgressões e variações, como a homossexualidade e a bissexualidade. Tal entendimento se distancia das normas tradicionais e seu referencial interpretativo tem sofrido variações ao longo dos tempos, inclusive com atenção à sua complexidade.

Na segunda metade do século XX, não mais se permite compreender de forma simplista a denominada orientação sexual. Assim, a questão da homossexualidade e bissexualidade, entre outros, não podem ser mais considerados desvios psíquicos ou comportamentais. Essa visão, em sua complexidade psicobiologia e antropológica, pois reestrutura a própria concepção do que seja o ser humano, trouxe uma "reviravolta" nas ciências e nos valores sociais, ao colocar a sexualidade e a psique no centro da formação humana e de sua identidade, abrindo espaço para uma abordagem da sexualidade enquanto tema complexo e desenvolvido nas teorias de gênero e da educação.

3 AS INTERPRETAÇÕES DA SEXUALIDADE LIGADAS À EDUCAÇÃO

Diversos autores problematizam tal relação entre sexualidade, educação sexual, psiquismo e sexualidade e sua relação com a educação. Passa-se a seguir aqui, basicamente, o entendimento de três autores de destaque.

3.1 Sexualidade e Educação.

Guacira Lopes Louro (1997), bem nos orienta nessa abordagem dialógica entre sexualidade e educação. A autora é uma referência na área de educação, dos estudos de gênero e sexualidade, contribuindo com reflexões sobre a construção social dos papéis de gênero e a importância de uma abordagem não heteronormativa nas práticas educativas. Suas obras ressaltam a necessidade de desconstruir estereótipos e promover uma educação que acolha todas as expressões de sexualidade, o que é essencial para criar um ambiente escolar inclusivo e respeitoso.

Em seu entendimento, a vivência da sexualidade pressupõe os vários modos de ser no processo de edificação e formação culturais. No espaço da cultura, mulheres e homens, em suas etapas formativas, vivenciam a questão da sexualidade de modos distintos. Segundo Louro,

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental. (Louro, 1997, p. 19).

Conforme entendimento da autora, gênero e sexualidade também caminham juntos, constituindo a noção de como o ser humano pode ser compreendido na convivência social. Nas investigações dos anos 1990 abrem-se a novas especulações acerca do tema da sexualidade e dos tabus e dificuldades manifestos em relação à questão do gênero - se feminino ou masculino - em suas variadas composições estruturantes em sociedade.

De um lado, segundo as referências utilizadas por Louro como Joan Scott (1995, p. 72), não se pode rejeitar o aspecto biológico do gênero, de outro, as relações sociais e psicológicas estruturantes da compreensão do gênero devem sempre ser realçadas. Scott trabalha a questão do gênero como "ferramenta de análise", com características sociais e políticas, demonstrando que ser homem ou ser mulher equivale a considerar como corpos sexuados são aceitos, rejeitados, na construção social da vida humana. O tema da vida sexual se apresenta muitas vezes como assunto vetado às mulheres e permitido aos homens, condicionados aos modelos e normas societárias. Contudo, se a sexualidade é inerente à vida humana, o que se torna necessário investigar é como normas, comportamentos, práticas sociais se demonstram acolhedoras ou restritivas de se poder reconhecer a singularidade de tais vivências e como podem elas ser trazidas e compreendidas no processo de formação cultural, humana e social.

Neste sentido, podemos compreender que a relação entre sexualidade e educação, em especial nas escolas, no processo de crescimento infantil e adolescente, torna-se tema delicado e relevante para se compreender os rumos de uma cultura. O modo como cada um/a de nós se apresenta a si próprio/a e à cultura resulta tanto de autorreconhecimento, quanto de valores e normas edificadas, revistas e vivenciadas em contextos sociais e históricos diferenciados. A

compreensão da formação dos traços identitários humanos depende, pois, de como a sexualidade é trabalhada em nível individual e social, realçando a importância do tema para a Educação.

Louro também investiga o tema das relações de gênero em função da cultura que se desenvolve a partir do final dos anos 1960 com reconhecimento de novas formas de ser e viver a dimensão da sexualidade, demonstrando a dignidade existencial de valores vinculados ao respeito à homossexualidade, novas relações de gênero, distintos modos de representar o mundo em novas feições antropológicas (Louro, 1997, p. 23).

Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe.

3.2 Sexualidade e políticas públicas

Sérgio Carrara (2005; 2009) apresenta contribuições relevantes ao discutir a sexualidade na adolescência e a necessidade de políticas públicas que garantam a educação sexual como um direito dos jovens. O autor destaca que a ausência de uma abordagem estruturada e adequada nas escolas pode gerar desinformação, perpetuar preconceitos e favorecer comportamentos de risco, como a gravidez não planejada e as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Ainda segundo Carrara (2005 *apud* Gava; Villela, 2016, p. 159), a educação sexual não deve se restringir à dimensão biológica da sexualidade, mas abranger aspectos sociais, culturais e emocionais, possibilitando aos adolescentes uma compreensão mais ampla e crítica de si mesmos e do mundo em que vivem.

Nessa mesma linha, Gava e Villela (2016, p. 160) discutem os desafios políticos e práticos enfrentados pelas escolas na implementação da educação em sexualidade. As autoras argumentam que esse conceito permite ampliar o debate para além do enfoque biológico e reprodutivo, incorporando também dimensões sociais, culturais e econômicas. Essa abordagem é fundamental para que adolescentes desenvolvam uma compreensão crítica e respeitosa sobre a diversidade sexual e os direitos humanos, favorecendo o combate a preconceitos e estigmas ainda presentes no cotidiano escolar.

Ainda segundo Carrara (2005 *apud* Gava; Villela, 2016), a implementação da educação em sexualidade enfrenta resistências, muitas vezes baseadas em preceitos morais e religiosos. O autor também ressalta que a falta de formação adequada dos professores e a influência de valores pessoais podem levar a práticas contraditórias, que reforçam estereótipos e desigualdades de gênero. Por exemplo, em algumas escolas, a sexualidade é abordada de forma reducionista, focando apenas nos aspectos biológicos ou nos riscos associados à atividade sexual, sem considerar as dimensões afetivas e sociais. Essa abordagem limitada, segundo Carrara (2005 *apud* Gava; Villela, 2016), contribui para a perpetuação de tabus e a marginalização de grupos LGBTQIA+.

Gava e Villela (2016, p. 165) complementam essa discussão ao destacar que a escola, como instituição socializadora, reproduz normas e valores hegemônicos, muitas vezes excluindo ou invisibilizando as sexualidades consideradas marginais. As autoras citam o exemplo de casais homossexuais que são reprimidos em suas manifestações de afeto, sob a justificativa de "proteção" contra o *bullying* ou a homofobia. Essa postura, no entanto, acaba por reforçar a heteronormatividade e a discriminação, em vez de promover o respeito à diversidade. Como

afirmam Gava e Villela (2016, p. 167), "a homossexualidade ou a bissexualidade são questionadas a partir das normas heteronormativas", o que limita a capacidade dos jovens de vivenciar sua sexualidade de forma livre e segura.

Para superar esses desafios, Carrara (2005 apud Gava; Villela, 2016) propõe a criação de políticas públicas que garantam a formação continuada dos professores, a fim de que eles possam abordar a sexualidade de forma crítica e inclusiva. Além disso, defende a participação ativa dos adolescentes na construção dos conteúdos e metodologias, garantindo que suas dúvidas e necessidades sejam contempladas.

Segundo Carrara o papel da escola, é criar um espaço crítico e ético de reflexão, e não de doutrinação, especialmente em temas sensíveis como sexualidade:

A escola precisa estar sempre preparada para apresentar não uma verdade absoluta, mas sim uma reflexão que possibilite aos alunos e às alunas compreenderem as implicações éticas e políticas de diferentes posições sobre o tema da sexualidade e construam sua própria opinião nesse debate. (Carrara, 2009, p. 14).

Gava e Villela (2016) também enfatizam a importância de um diálogo aberto entre escola, família e comunidade, para que a educação em sexualidade seja compreendida como um direito e não como uma ameaça aos valores familiares.

Sumariamente, tanto Gava e Villela (2016) quanto Carrara (2005 apud Gava; Villela, 2016) destacam a urgência de se repensar a educação em sexualidade nas escolas, com base em princípios de direitos humanos, diversidade e participação juvenil. Nesse contexto, a reflexão crítica é fundamental. Como afirmam as autoras:

O direito à reflexão e à produção de sentidos acerca da sexualidade é tão importante quanto o acesso a informações e insumos de prevenção às DSTs/aids. Pensar num trabalho que tenha como pressuposto o conceito da Educação em Sexualidade é propor uma ação que permita que emergam conflitos, dúvidas e reflexões, para que profissionais e estudantes possam ser agentes eficazes na promoção de direitos e de saúde, no sentido mais amplo e ativo do conceito. (Gava; Villela, 2016, p. 170).

Essa concepção amplia o papel da escola e dos educadores, colocando-os como agentes fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, plural e consciente de seus direitos.

3.3 Escola como campo de tensões

Helena Altmann (2013) destaca que a escola não é apenas um espaço neutro de transmissão de conhecimentos, mas um campo de tensões onde as normatividades sobre gênero e sexualidade são continuamente produzidas, reproduzidas e, por vezes, contestadas. A autora enfatiza que a heteronormatividade, entendida como o conjunto de práticas e discursos que naturalizam a heterossexualidade como única forma legítima de expressão sexual, atravessa as instituições escolares e impacta diretamente as experiências de estudantes LGBTQIA+.

Neste sentido, a formação docente surge como uma dimensão crucial para que esses processos de naturalização sejam questionados e para que a escola possa se tornar um ambiente mais inclusivo e plural. Altmann problematiza que a formação tradicional dos professores tende a reforçar o silêncio ou o tratamento superficial dos temas ligados à diversidade sexual, contribuindo para a manutenção da exclusão e do preconceito no cotidiano escolar.

A autora argumenta que:

A formação de professores precisa ser repensada para que as questões de gênero e sexualidade não sejam tratadas como conteúdos marginais ou opcionais, mas sim como temas centrais que perpassam toda a prática pedagógica. Sem essa articulação, a escola continuará a reproduzir exclusões e a silenciar identidades que fogem do padrão hegemônico.” (Altmann, 2013, p. 79).

Dessa forma, Altmann propõe uma abordagem pedagógica que vá além da mera tolerância ou reconhecimento superficial da diversidade, defendendo a construção de um ambiente escolar que promova o respeito, a visibilidade e o debate crítico sobre as diferenças. Para tanto, é fundamental que os cursos de licenciatura incluam conteúdos que problematizem as normas sexuais e de gênero, assim como estratégias de intervenção pedagógica que habilitem os futuros docentes a atuar com segurança e empatia diante dessas questões.

Outro aspecto importante apontado por Altmann está na historicidade dos discursos sobre sexualidade na escola. A autora nos convida a olhar para os modos como esses discursos se transformaram ao longo do tempo, marcados por diferentes preocupações sociais e políticas. Por exemplo, o medo em relação à disseminação das doenças sexualmente transmissíveis ou o controle da moralidade pública deram lugar, em parte, a demandas por inclusão e direitos das populações sexuais minoritárias. Tal mudança não ocorre sem resistência, e a escola é palco de disputas entre forças conservadoras e progressistas.

Essa historicidade é fundamental para entender que o enfrentamento da homofobia e a promoção da diversidade sexual não são apenas uma questão de vontade individual, mas de inserção em um contexto institucional e social complexo, em que normas, valores e saberes coexistem em debate. Portanto, a formação docente deve preparar os professores para atuarem nesse campo disputado, compreendendo as dimensões políticas e culturais do trabalho pedagógico.

Altmann ainda destaca que a questão da diversidade sexual no ambiente escolar não pode ser dissociada de outras desigualdades sociais, como as relacionadas à classe, raça e gênero. Assim, a inclusão da diversidade sexual na formação docente deve dialogar com uma perspectiva interseccional, que reconheça as múltiplas formas de opressão e as especificidades das vivências dos alunos e alunas; raça, classe e gênero interligados entre si constituem valores que devem ser sempre levados em consideração em qualquer análise pedagógica.

4 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O PENSAMENTO DE GUACIRA LOPES LOURO

Correlacionando teorias e normas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância de uma educação comprometida com os direitos humanos, a diversidade e a equidade. Dentre as dez competências gerais previstas no documento, destaca-se a necessidade de promover o respeito às diferenças, a empatia, o diálogo e a valorização da diversidade de identidades e expressões de gênero e sexualidade. Essa proposta da BNCC converge com as ideias de Louro, ao propor uma escola que valorize os diferentes modos de ser, estar e existir no mundo. Ao articular os princípios da BNCC com os aportes teóricos de Louro, compreende-se que a escola deve ser um espaço de formação ética, social e afetiva, onde os estudantes possam se reconhecer em suas singularidades e desenvolver uma consciência crítica sobre si e sobre o outro.

A obra *Gênero, Sexualidade e Educação* (1997), de Guacira Lopes Louro, estabelece um diálogo profundo com os documentos oficiais que orientam a educação brasileira, ao problematizar como as relações de gênero e sexualidade são construídas socialmente e reforçadas no ambiente escolar. A autora compreende a escola como espaço tanto de reprodução de normas quanto de possibilidade de resistência, sendo necessário que ela se posicione criticamente frente às desigualdades. Nesse sentido, suas reflexões se articulam diretamente com o artigo 3º da

Constituição Federal de 1988, que estabelece como objetivo da República a promoção do bem de todos, sem discriminação de qualquer natureza. Louro (1997, p. 21) afirma que a escola tem historicamente reproduzido padrões excludentes e, portanto, para cumprir a função social prevista na Constituição, é imprescindível que a educação atue no enfrentamento dessas desigualdades.

Essa crítica também se estende à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que, embora preveja a formação integral dos sujeitos, omite a menção direta à educação sexual. Para Louro (1997, p. 87), esse silêncio contribui para a manutenção de estigmas e invisibilidades, impedindo que os alunos desenvolvam uma compreensão crítica sobre suas identidades e relações. Mesmo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao tratar a educação sexual de forma transversal, corre o risco de torná-la periférica no currículo escolar. A autora aponta que, quando restrita às disciplinas de Ciências ou Biologia, a sexualidade é reduzida ao viés biológico, desconsiderando suas dimensões sociais, culturais e afetivas (Louro, 1997, p. 112). Por isso, ela defende uma abordagem crítica e interdisciplinar, que permita aos estudantes refletirem sobre gênero, sexualidade e diversidade de maneira ampla e emancipatória (Louro, 1997, p. 134). Assim, o livro de Louro reforça a urgência de que os princípios legais se materializem na prática pedagógica, para que a escola, de fato, se torne um espaço de inclusão, respeito e transformação social.

5 METODOLOGIA

Em nossa pesquisa, optamos por uma abordagem qualitativa, caracterizada pela busca de uma compreensão profunda e contextualizada dos fenômenos estudados. Essa escolha metodológica, conforme ressaltado por Richardson (1999), nos permite explorar a complexidade das experiências humanas e obter *insights* detalhados por meio de análises interpretativas.

Para operacionalizar essa abordagem, além das discussões teóricas, decidimos conduzir uma pesquisa de campo na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), no Campus de Belo Horizonte -MG. A Faculdade de Educação. FaE. A UEMG hoje compreende os cursos de Licenciatura em História e Pedagogia e Bacharelado em Psicologia, o que permite que o trabalho seja focado nos discentes desses cursos, matriculados entre o 1º e 8º períodos. Essa estratégia nos possibilita coletar dados diretamente no ambiente onde o fenômeno ocorre, permitindo uma observação e registro detalhados das informações em seu contexto natural. Gil (2002) destaca a importância da pesquisa de campo por oferecer ao pesquisador uma compreensão mais rica e abrangente do objeto de estudo.

Utilizamos um questionário fechado aplicado por meio do *Google Forms*, com o intuito de investigar, junto aos estudantes, como a temática da sexualidade foi abordada na educação básica. O questionário foi o principal instrumento de coleta de dados, permitindo reunir informações de forma rápida, acessível e com ampla participação. Esses métodos nos permitem obter uma quantidade razoável de informações de forma rápida e econômica, além de possibilitar a participação de uma grande gama de respondentes. Lakatos e Marconi (2003) enfatizam que os questionários são compostos por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito, proporcionando um método eficiente de coleta de dados.

Com essa abordagem metodológica, esperamos obter uma análise detalhada e precisa dos fenômenos investigados, contribuindo para um entendimento mais profundo e embasado teoricamente sobre o tema estudado.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Consideramos essencial apresentar uma análise dos dados coletados, pois é a partir dela que alinhamos as teorias citadas às impressões dos participantes da pesquisa e compreendemos o que os autores e autoras realmente revelam sobre a educação sexual.

6.1 Detalhamento das perguntas do formulário e justificativa

A construção do instrumento de coleta de dados — o formulário aplicado via *Google Forms* — foi fundamentada nos pressupostos da abordagem qualitativa, com objetivo de captar percepções, experiências, valores e representações dos estudantes em relação à educação sexual no ambiente escolar. As perguntas foram cuidadosamente elaboradas para garantir clareza, acessibilidade e coerência com os objetivos da pesquisa. A seguir, explicita-se cada uma das questões utilizadas, acompanhada de sua respectiva justificativa.

"Você já ouviu falar sobre o que é diversidade sexual e de gênero?"

Esta pergunta tem por finalidade mapear o conhecimento prévio dos estudantes sobre o tema central da pesquisa. Parte-se do princípio que a familiaridade conceitual influencia a forma como os sujeitos interpretam e interagem com as práticas escolares. Além disso, conhecer o nível de familiaridade dos alunos com esses termos ajuda a compreender o alcance das discussões sobre diversidade nas diferentes esferas sociais (escola, mídia, família, etc.).

"A escola onde você estudou falava sobre esse assunto em sala de aula ou em projetos?"

A segunda pergunta visa identificar se há espaços institucionais destinados ao debate sobre diversidade sexual e de gênero e de que forma esses espaços se manifestam — se por meio de ações pontuais, curriculares ou extracurriculares. Essa pergunta também permite compreender até que ponto os conteúdos vinculados à sexualidade são abordados como parte integrante do processo formativo, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõem o respeito à diversidade como princípio da educação.

"Você acha importante que se fale sobre esse tema na escola? Por quê?"

Essa questão busca captar o posicionamento pessoal dos estudantes e compreender quais valores, experiências e argumentos mobilizam suas respostas. A justificativa teórica está na importância de escutar os sujeitos da aprendizagem sobre a construção curricular e sobre temas sensíveis que dizem respeito à sua formação humana e social. É uma oportunidade de avaliar o grau de consciência crítica dos jovens acerca da função social da escola na promoção dos direitos humanos.

"Você já presenciou algum colega sendo desrespeitado por causa da sua orientação sexual ou identidade de gênero?"

Essa pergunta é fundamental para diagnosticar a ocorrência de práticas discriminatórias dentro do ambiente escolar. A resposta a essa questão revela muito sobre o clima institucional, o grau de tolerância e as atitudes coletivas frente à diversidade. Casos de violência simbólica, verbal ou física contra estudantes LGBTQIA+ são frequentemente invisibilizados, e essa pergunta permite dar visibilidade a tais situações.

"Você se sentiria confortável em conversar com seus professores sobre esse tema?"

Aqui, busca-se compreender a relação entre estudantes e professores a partir da ótica da confiança e da abertura para o diálogo. A confiança ou desconfiança em tratar temas como sexualidade na escola pode indicar uma posição bilateral entre professores e estudantes, a respeito da presença de preconceitos ou tabus interiorizados na vida escolar. Essa questão também nos ajuda a refletir sobre a formação inicial e continuada de professores para lidar com temas de gênero e sexualidade em sala de aula.

6.2. Análise dos dados da pesquisa

Da análise dos gráficos extraídos das respostas ao formulário, foi possível observar tendências e padrões significativos que revelam elementos fundamentais para a compreensão das percepções dos estudantes sobre a educação sexual nas escolas. Para proporcionar uma visualização mais clara dos resultados, os dados dos gráficos foram estruturados em uma tabela única. Essa organização permitiu identificar com maior precisão os aspectos mais abordados, as principais lacunas e as percepções dos participantes da pesquisa.

TABELA 1

CATEGORIA	OPÇÕES DE RESPOSTA	DISTRIBUIÇÃO (%)
Curso	Pedagogia	68,3%
	História	15%
	Psicologia	16,7%
Período/Semestre do Curso	1º	36,7%
	2º	20%
	3º	10%
	4º ou superior	33,3%
Idades	18 a 24 anos	38,3%
	25 a 29 anos	20%
	30 anos ou mais	41,7%
Teve acesso à educação sexual na Educação Básica?	Sim	51,7%
	Não	43,3%
	Não lembro	5%
Além das aulas de Ciências o tema era abordado em outras disciplinas?	Foram mencionadas tais disciplinas: Ciências, Sociologia, Filosofia e Artes.	
Como era tratado o tema quando abordado?	Aprofundada e respeitosa	40%
	Superficial e moralista	38,3%
	Ausente	21,7%
Qual a principal fonte de acesso que você tinha sobre o tema?	Internet	22,3%
	Escola	11,7%
	Família	8,2%
	Amigos	57,8%
Sentia-se confortável em dialogar sobre sexualidade com seus professores?	Sim	28,3%
	Não	63,4%
	Em alguns casos	8,3%
Ao ser abordado o tema, discutia-se sobre diversidade e gênero?	Não se discutia	68,3%
	Era apenas mencionado	20%
	Sim, com clareza	6,7%
	Não sei	5%

É papel da escola abordar o tema sobre a sexualidade?	Sim	75%
	Em parte	21,7%
	Não	3,3%
Como era o tratamento com a homossexualidade na escola?	Respeitosamente	18,3%
	Era ignorada	53,3%
	Com preconceito	13,3%
	Não sei dizer	15,1%
Já presenciou ou sofreu discriminação na escola?	Sim	50%
	Não	50%
A sua formação religiosa interferiu no modo como você lida com a sexualidade?	Sim, fortemente	33,3%
	Não influenciou	45%
	Um pouco	21,7%
Você teve acesso a informações sobre sexualidade na escola?	Não	45%
	Sim	36,7%
	Em parte	18,3%
O assunto: Prevenção de ISTs/Gravidez foi abordado na escola?	Sim	43,3%
	Pouco abordado	41,7%
	Não	15%
Sente-se motivada/ motivado para discutir sobre sexualidade?	Sim	50%
	Em parte	33,3%
	Não	16,7%

6.3 Conhecimento prévio sobre diversidade sexual e de gênero

A maioria dos respondentes declarou já ter ouvido falar sobre o tema. Esse dado é relevante, pois revela que a diversidade sexual está presente no imaginário social dos estudantes. No entanto, a origem desse conhecimento nem sempre é institucional. Em muitos casos, os estudantes aprendem sobre esses temas nas redes sociais, entre os pares ou por meio de experiências pessoais — o que nem sempre garante um entendimento crítico, ético e científico da questão.

6.4 Presença do tema na escola

Um dado que chama atenção é o número expressivo de estudantes que responderam negativamente à pergunta sobre a abordagem do tema na escola. Isso aponta para uma lacuna significativa na atuação pedagógica das instituições de ensino. Apesar das recomendações legais e da importância formativa da temática, muitas escolas ainda evitam discutir sexualidade por conta de pressões familiares, religiosas ou políticas, o que fragiliza o papel emancipador da educação.

6.5 Importância atribuída ao tema

Quase a totalidade dos estudantes afirmou que considera importante falar sobre diversidade sexual e de gênero na escola. Entre os argumentos mais recorrentes estão a necessidade de combater o preconceito, de promover o respeito às diferenças e de criar um ambiente seguro para todos. Esses dados indicam que os alunos reconhecem o papel transformador da educação e valorizam o espaço escolar como lugar de aprendizagem para a vida em sociedade.

6.6 Vivência de preconceito

Um número significativo de estudantes afirmou já ter presenciado situações de preconceito, discriminação ou bullying motivados por orientação sexual ou identidade de gênero. Esse dado é preocupante, pois demonstra que a violência simbólica e verbal contra sujeitos LGBTQIA+ ainda é recorrente no espaço escolar. A ausência de ações educativas efetivas tende a naturalizar e perpetuar essas práticas.

6.7 Abertura com os professores

As respostas sobre a abertura para conversar com os professores mostraram um cenário dividido. Parte dos estudantes não se sente confortável para tratar do tema com seus docentes, o que pode ser reflexo tanto da falta de formação crítica dos educadores quanto da ausência de vínculos afetivos entre professores e alunos. Esse dado reforça a necessidade de formação docente que contemple as dimensões da afetividade, da escuta e do acolhimento, elementos fundamentais para uma educação emancipadora.

6.8 Propostas dos estudantes

As sugestões dadas pelos estudantes para combater o preconceito foram diversas e criativas: rodas de conversa, palestras com especialistas, inclusão do tema no currículo, filmes e debates, entre outros. Essas propostas demonstram que os estudantes desejam ser sujeitos ativos na construção de um ambiente escolar mais democrático e inclusivo. A escuta dessas vozes deve ser valorizada nas práticas pedagógicas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, fruto de pesquisa teórica e prática, evidenciou-se que, embora os estudantes da Faculdade de Educação da UEMG reconheçam a importância da abordagem da sexualidade nas escolas, ainda há uma lacuna significativa entre esse reconhecimento e a prática pedagógica efetiva nas instituições de ensino. Os dados coletados indicam que, apesar da maioria dos estudantes reconhecer o conceito de diversidade sexual e de gênero, esse conhecimento muitas vezes não foi construído em ambiente escolar, mas em espaços informais como redes sociais e círculos de amizade. A ausência de um espaço seguro e institucionalizado para o diálogo sobre sexualidade reflete o silenciamento histórico da temática no currículo escolar. Isso vai de encontro às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelecem entre suas competências gerais o respeito à diversidade e a promoção de uma educação voltada à cidadania, aos direitos humanos e à equidade. Quando a escola se omite, ela contribui para a manutenção de desinformação, preconceitos, discriminações e violências, especialmente contra sujeitos LGBTQIA+.

As contribuições teóricas de autores como Freud, Louro, Carrara e Altmann reforçam a compreensão da sexualidade como uma dimensão constitutiva do ser humano, atravessada por fatores sociais, históricos, psíquicos e culturais. A psicanálise freudiana evidencia que a sexualidade está presente desde a infância e participa do desenvolvimento subjetivo. Já Louro propõe uma abordagem crítica sobre gênero e sexualidade, ressaltando que tais categorias são construções sociais que precisam ser desnaturalizadas na escola. Carrara e Altmann, por sua vez, destacam os desafios da formação docente para lidar com a temática e a urgência de práticas pedagógicas acolhedoras e transformadoras. Diante desse cenário, torna-se indispensável discutir o papel dos cursos de licenciatura na formação de professores preparados para abordar a

sexualidade de forma crítica, ética e inclusiva. A ausência ou a fragilidade de disciplinas específicas sobre educação sexual nos currículos dos cursos de formação docente contribui para a insegurança e o despreparo dos futuros educadores ao tratar do tema em sala de aula. Estudantes relatam não se sentirem preparados para conduzir discussões sobre diversidade sexual e de gênero, o que reforça o ciclo de dificuldades e impedimentos e reprodução de preconceitos.

A inclusão de uma disciplina obrigatória de educação sexual nos cursos de licenciatura é fundamental para que os futuros professores possam desenvolver competências teóricas, metodológicas e éticas necessárias para lidar com a complexidade do tema. Essa formação deve ir além dos aspectos biológicos, contemplando também dimensões sociais, culturais, históricas e políticas da sexualidade, conforme apontam os principais referenciais teóricos da área. Além disso, a disciplina pode proporcionar espaços de reflexão, escuta e diálogo, fundamentais para desconstruir tabus e promover uma postura mais aberta, acolhedora e transformadora por parte dos educadores.

Dessa forma, concluímos que a inserção efetiva da educação sexual no currículo escolar é urgente e indispensável. Mais do que tratar de aspectos biológicos da sexualidade, a escola deve assumir um papel ativo na construção de uma cultura de respeito, equidade e valorização das diferenças. Para isso, é essencial investir na formação crítica de educadores, garantindo a presença de disciplinas específicas de educação sexual nos cursos de licenciatura, e promover espaços de escuta e diálogo com os estudantes. A educação sexual, quando pensada à luz dos direitos humanos e das diretrizes da BNCC, torna-se uma poderosa ferramenta de emancipação e transformação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática, reconhecendo-se assim o valor real da cidadania.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, Helena. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Revista Latinoamericana, no. 13, p. 69-82, Abril. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/psXJs4Jh86t9JRjbr6QPtdj/?format=pdf&lang=pt>
- CARRARA, Sérgio. **Educação, diferença, diversidade e desigualdade**. In: BRASIL. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.
- CARRARA, Sérgio; MOUTINHO, Laura; AGUIÃO, Silvia. **Sexualidade e comportamento sexual no Brasil: dados e pesquisas**. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos/IMS/UERJ, 2005.
- FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a sexualidade**. Tradução de Paulo César de Souza. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- GAVA, Thais; VILLELA, Wilza Vieira. Educação em sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Revista Latinoamericana, n.24, p. 157-171, dez. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313814082_Educacao_em_Sexualidade_desafios_politicos_e_praticos_para_a_escola
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 14-36. Disponível em: <https://bibliotecaonline.dahisfj.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lopes-louro.pdf>

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>